

**Sidney Bernardo**

Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela UPP  
- Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor  
universitário do Centro Universitário Lusiada – UNILUS  
sidber@uol.com.br

*Artigo recebido em julho de 2015 e  
aprovado em outubro de 2015.*

## EXCELÊNCIA DE ENSINO E HISTÓRIA DE VIDA SÃO RELEVANTES NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

### RESUMO

O presente artigo trata da qualidade do ensino e sua inter-relação com a História de Vida – A Narrativa Biográfica, principalmente, sua influência na Didática desenvolvida em Sala de Aula. A produção de uma narrativa biográfica, no qual o discente focaliza as razões de sua escolha pela sua escolha profissional, assim como os itinerários percorridos em toda a sua trajetória de vida e profissional, até o presente momento, entendemos que contribui efetivamente para a qualidade do ensino e das aulas ministradas durante o processo ensino-aprendizagem. Nos últimos anos, no campo das ciências humanas, têm sido intensos os investimentos em pesquisa sobre a qualidade do ensino, uma vez que esta é considerada a responsável direta pela formação de profissionais das mais diversas graduações. A qualidade do ensino, nos seus diferentes cursos do Ensino Superior oferecida é, sem dúvida, um dos grandes desafios encontrados pelos gestores educacionais e pelas políticas governamentais.

**Palavras-Chave:** Educação. História de Vida. Qualidade de Ensino.

### TEACHING EXCELLENCE AND LIFE HISTORY ARE RELEVANT IN THE PROCESS OF TEACHING AND LEARNING

### ABSTRACT

This article deals with the quality of teaching and its interrelation with the History of Life - A Biographical narrative, especially its influence on didactics developed in Classroom. The production of a biographical narrative, in which the student focuses on the reasons for their choice for their career choice as well as the routes worked throughout his life path and professional, to date, we believe that effectively contributes to the quality of education and classes taught during the teaching-learning process. In recent years, the field of the humanities, have been intense investments in research on the quality of education, since this is considered directly responsible for the training of professionals from various graduations. The quality of education in its various programs of higher education offered is undoubtedly one of the great challenges faced by educational managers and by government policies.

**Keywords:** Education. History of Life. Teaching Quality.

### EXCELENCIA DOCENTE E HISTORIA DE VIDA SON RELEVANTES EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE

### RESUMEN

Este artículo trata de la calidad de la enseñanza y su interrelación con la Historia de la Vida - Una narración biográfica, sobre todo su influencia en la didáctica desarrollados en el aula. La producción de un relato biográfico, en el que el estudiante se centra en las razones de su elección para su elección de carrera, así como las rutas trabajado durante toda su trayectoria vital y profesional, hasta la fecha, creemos que contribuye eficazmente a la calidad de educación y clases impartidas durante el proceso de enseñanza-aprendizaje. En los últimos años, el campo de las humanidades, han sido intensas inversiones en la investigación sobre la calidad de la educación, ya que esto se considera directamente responsable de la formación de profesionales de diferentes graduaciones. La calidad de la educación en sus diversos programas de educación superior que se ofrece es sin duda uno de los grandes desafíos que enfrentan los administradores de la educación y por las políticas gubernamentales.

**Palabras clave:** Educación. Historia de la Vida. Calidad Docente.

Certa vez, Renato Russo escreveu: “Por trás de cada olhar, existe uma história que ninguém conhece.” Considerando nossa vivência em Sala de Aula do Ensino Superior, nas mais diversas graduações e programas de pós-graduações, reescreveria a máxima acima, justamente porque sempre por ocasião do nosso primeiro encontro com uma turma nova, fazemos o seguinte discurso: “Por trás de cada um de vocês aqui presente, por trás de cada rosto que estou vendo, por trás de cada olhar, por trás de cada ser humano que é cada um de vocês, existe uma trajetória, um percurso de vida um percurso educacional, um prévio saber ensinado pela escola da vida via educação não-formal e informal, uma história real de vida que ainda não foi escrita, quem sabe, por não terem necessidade de escrevê-la, por falta de tempo ou, outro motivo qualquer. Então é apenas uma vida registrada na mente, no rascunho oral, que se um dia, pretenderem escrever esse rascunho ou passar a limpo, além de esquecerem muitos detalhes relevantes, o tempo já passou e vocês perderam uma grande oportunidade. Como nos ensinou Rubem Alves em ‘Tempus Fugit’, quem sabe que o tempo está fugindo descobre, subitamente, a beleza única do momento que nunca mais será...”

Falamos sobre excelência de ensino e história de vida, principalmente na afirmativa de que são relevantes no processo de ensino e de aprendizagem nos dias atuais, não é uma tarefa simples. São muitas frentes de trabalho integrantes do processo de ensino e de aprendizagem que devem convergir buscando um mesmo fim. Somos da década de cinquenta, sem a menor pretensão de repetirmos o ‘jargão’ de que ‘no nosso tempo é que a educação era de excelência’, mas não era comum conviver com jovens delinquentes ou autores de crimes apelidados de hediondos. Ou por que não havia tantas crianças dispostas a trocar as coisas da infância para brincar de matar, roubar, consumir drogas e ajudar na corretagem para vendê-las. Começamos no trabalho duro, desde oito anos de idade e tivemos a Carteira de Trabalho assinada, por ocasião do nosso primeiro emprego oficial, aos quatorze anos de idade, e desde então, não paramos mais, continuamos trabalhando e produzindo. Interessante notar que não trazemos nenhum distúrbio ou seqüela por termos tido uma educação rígida e de termos iniciado no trabalho na mais tenra idade.

Particularmente, arriscamos um palpite, sobre nossa trajetória de vida e profissional. Devemos isso tudo à Escola Pública com excelência de ensino. Na cidade de São Paulo, tivemos a oportunidade de estudar nas melhores escolas públicas, tais como: Escola Estadual Maria José, Bairro da Bela Vista; Escola Estadual Campos Salles e Escola Estadual Presidente Roosevelt, ambas no bairro da Liberdade; Escola Estadual Caetano de Campos, Praça da República, centro da cidade; e Escola Estadual Alberto Levy, bairro Indianópolis.

Como não éramos excelentes alunos, nosso esforço deveria sempre ser maior, considerando que alunos repetentes não eram muito bem vistos e muitas vezes, esses alunos eram convidados a se transferirem de escola. Muito aprendizado, muita lição, muito dever. Tínhamos que estudar, além de todo currículo nacional, uma língua estrangeira moderna: francês ou inglês. Se não engraçado é hilário, tivemos que estudar o livro “Paidéia: A formação do homem grego”, de W. Jaeger, na língua francesa e “O Emílio: Ou da Educação”, de Jean-Jacques Rousseau. Por ocasião do nosso Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, na UPP - Universidade Presbiteriana Mackenzie, cidade de São Paulo, um professor entrou em Sala de Aula e mandou que fizéssemos a resenha do livro “Paidéia”, versão língua portuguesa, para ser entregue na próxima semana. Sorrimos com a lição de casa e o professor, incomodado com o nosso sorriso, nos questionou: “O cavalheiro, está rindo do quê? Quando você ver o tamanho do livro, vai sentir a derrota e acabará com o seu riso”. Respondemos: “Pois é professor, com todo respeito, mas na Educação Básica, tínhamos que ler, estudar, resenhar o mesmo livro, só com uma diferença: ele era escrito na língua francesa.”

Então, qual será a diferença dos alunos de ontem com os alunos de hoje? Será que ocorreu uma mutação genética, um apodrecimento endêmico de DNAs, degeneração de espermatozoides e óvulos, alterações espontâneas, involução da doutrina de Darwin? Nenhum dos questionamentos anteriores, nosso palpite é que ocorreram sim mutação, apodrecimento, degeneração e alterações, mas não dos alunos e sim dos Poderes Executivos: Federal, Estadual e Municipal e seus respectivos ‘Sistemas’ Público de Ensino e governos que negligenciaram a educação das crianças e jovens, legislações educacionais, e principalmente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Plano Nacional de Educação, Planos Estaduais de Educação e Planos Municipais de Educação, e suas respectivas políticas públicas educacionais, embora buscando os objetivos de melhora da educação, principalmente da educação pública, propiciaram o efeito inverso. Arriscamos mais um palpite, foi o começo do caos nas escolas públicas, culminando principalmente nos dias atuais e estamos muito distante da excelência de ensino, exceto raríssimas exceções de algumas escolas.

Para refrescar a memória ou ferver os neurônios dos governos, copiamos literalmente o preconizado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vejam a seguir:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006); VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006); Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996). § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009). II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). § 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. § 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é

considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir. § 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213. § 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). § 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários. § 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). § 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. § 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade. § 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizada por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015).

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Ora até que, apenas, esses preceitos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, não sejam totalmente contemplados, como vamos discutir, discursar ou falar em excelência e qualidade de ensino se os próprios governantes não cumprem literalmente a Constituição Federal e nem valorizam seus maiores parceiros no processo de ensino e de aprendizagem que são os professores.

Atualmente criou-se o 'Pátria Educadora' que é um dos programas carro chefe do governo federal. O reitor da UFRJ, Roberto Leher, explica de maneira ímpar do que se trata esse Programa. "Não casualmente, esse documento foi elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), atualmente dirigido pelo ministro Mangabeira Unger. Ele parte de um diagnóstico de que o modelo de desenvolvimento baseado em commodities se esgotou com a crise mundial, com seus preços despencando depois daquele período de ouro entre 2004 e 2009. Com a desvalorização dessas commodities, Mangabeira chama atenção para o fato de que o Brasil deveria buscar outra forma de inserção na economia mundial que não fosse apenas de commodities. E a minha hipótese é que eles estão sinalizando nesse documento que o Brasil deveria ser uma espécie de plataforma de exportação, assim como já existe na fronteira norte do México, em alguns países asiáticos - o modelo chinês foi isso nos anos 90, de ser um local em que a força de trabalho é muito explorada, recebe um treinamento específico que permite uma exploração muito grande, e esses países entram em circuitos de produção industrial de maneira subalterna, explorando o que seriam suas vantagens comparativas: baixo custo de energia, da força de trabalho, baixa regulamentação ambiental, e isso daria vantagens competitivas novamente ao país. O drama é que a concepção do Pátria Educadora tem como correspondência a ideia de que a formação da maior parte da força de trabalho no Brasil deve ser por um trabalho mais simples, e isso tem consequências pedagógicas muito grande. Ao analisar o documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, assinado por Mangabeira Unger, mostrando como se dará a implementação da Pátria Educadora. Trata-se de versão preliminar. O documento tem duas partes. A primeira parte esboça o ideário que inspira a Pátria Educadora. A segunda indica as ações de implementação. Trata-se de um documento que reúne ações de responsabilização, meritocracia e privatização - concepções que são a base da política dos reformadores

empresariais da educação. Dada a urgência de que a área da educação se organize para enfrentar mais esta onda, para quem ainda não o tem e para que o leitor tire suas próprias conclusões.”

Por outro lado, vale conferir as críticas e palavras defendidas pelo novo reitor da UFRJ, Roberto Leher, quando afirmou que grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros. Em entrevista recente, o novo reitor da UFRJ, apontou os impactos da lógica mercantilizada sobre a educação brasileira e aponta que como grupos financeiros tentam dominar a educação pública. Um grande negócio. É assim que o novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, enxerga o novo momento da educação brasileira. Em entrevista ao 'Brasil de Fato', o professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ traça um panorama do atual estágio da educação no Brasil, e as conclusões não são nada animadoras.

Embora respeitemos totalmente as palavras do Magnífico Reitor da UFRJ, particularmente, discordamos em muitas de suas ponderações. É muito fácil, produzir socialismo com o dinheiro arrecadado de impostos, taxas e outras manobras oriundas da produção do mundo capitalista. A ideia do socialismo seria fantástica se seguissem as doutrinas de seus idealizadores e sua origem, mas desde a Revolução Francesa (LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE), cada grupo, cada organização, cada 'pseudo-ONG', cada instituição socialista, cada partido político, busca priorizar, em primeiro lugar seu próprio interesse, se sobrar alguma coisa, destinam para o bem da nação e do povo.

Infelizmente serão poucos nesta Pátria Educadora e muito poucos educadores que terão coragem de descerem do 'salto alto' teórico, saírem de seus gabinetes e pensarem na realidade de uma educação prática transformadora, educação com excelência de ensino, com menos utopias e mais soluções culminando com a total erradicação do analfabetismo brasileiro e permitindo que todos tenham no mínimo a educação básica com excelência de ensino, quem sabe, assim conseguirão discernir as palavras e críticas expostas pelo novo reitor da UFRJ, daquilo que é a realidade da educação brasileira, da real necessidade da educação brasileira, principalmente a Educação Básica e Ensino Profissionalizante.

Entendemos também, que nos últimos anos, muitos educadores doutores estudiosos e teóricos dos gabinetes socialistas, tiveram a oportunidade de mudar tudo isso que ora somos obrigados a engolir e nada fizeram, principalmente a educação brasileira, considerando que foram eles, com suas filosofias idealizadoras que incentivaram parte da construção de uma plataforma política resultando no Partido Político que ora está tendo a oportunidade de governar o Brasil por sucessivas vezes. O mal do povo chegou, e não foi porque alguns alertavam, mas sim pela incompetência de uns, ganância de outros, pensamento torto de terceiros, a uma previsível beira de abismo. Completamos afirmando que não somos contra nenhuma ideologia política, partido político, regime político, marxismo, socialismo, comunismo, capitalismo, cobranças de impostos, taxas etc., somos contra em não ver os direitos constitucionais garantidos, tais como: saúde, educação, transporte, moradia e aposentadoria digna para o povo brasileiro e o real retorno do que pagamos através dos nossos impostos, taxas etc.

Nossa esperança, não do verbo esperar, mas de 'esperançoso' de que os governantes e políticos desta Pátria Educadora repensem seus conceitos e pensem mais no povo brasileiro e sua educação. Até lá, estamos simpáticos a ideia de fazer a nossa parte e continuar produzindo até o nosso último suspiro de vida. Desta forma, não há possibilidade de se falar em excelência de ensino se não mudar totalmente o rumo da educação brasileira, começando pela Educação Básica, em suas três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Ensino Médio Profissionalizante, produtor de mão de obra primária para o mercado de trabalho e culminando no Ensino Superior, produtor de mão de obra qualificada para o também mercado de trabalho. Por outro lado, consideramos oportuno repensar a bandeira do Governo Federal em seus termos e diretrizes que sustentam a 'Pátria Educadora'.

Agora, quando falamos no Ensino Superior, não podemos perder o foco de que a sociedade está mudando de maneira muito acelerada, deixando muitas vezes professores universitários com dúvidas em que priorizar na educação dos acadêmicos e pós-graduandos. Quais competências devem-se investir para ajudá-los a enfrentar os desafios dos novos tempos? O conhecimento humano se multiplica cada vez mais rápido, logo, a competência mais importante é saber viver nesse contexto de rápidas mudanças e ser capaz de ver sentido naquilo que estão fazendo.

Pensar no futuro e fazer planos são aspectos naturais para muitas pessoas, porém, organizar-se para sua realização é um desafio. A escolha da carreira profissional é o primeiro passo em direção à materialização de aspirações, sendo a graduação em curso superior ou sua sequencia num programa de pós-graduação um das formas de se ampliar os conhecimentos e as bases para tornar sonhos em realidade. São raríssimas Instituições de Ensino Superior que introduziram em seu currículo com o objetivo de implantar a cultura do projeto de vida, ou seja, ajudar, estimular e orientar os acadêmicos e pós-graduandos a construírem e sistematizarem a sua existência, incentivando a autonomia, a postura do eterno aprendiz e, principalmente, auxiliá-lo a identificar uma causa, a razão de ser e viver.

Ao implantar no ambiente acadêmico a cultura da aprendizagem integrada com o projeto de vida, o acadêmico e o pós-graduando passa a ser o protagonista do processo, tornando-se ativo e responsável pela busca de informações para atender as necessidades reais de resolver problemas, enfrentar dilemas e tomar decisões. A Instituição de Ensino Superior pode auxiliar no desenvolvimento integral do acadêmico ou pós-graduando, não só em transformá-los em ótimos profissionais, mas também para transformá-los em pessoas mais seguras e preparadas para aproveitarem as oportunidades e enfrentarem desafios, implantando o componente curricular em todas as graduações e pós-graduações oferecidas um componente curricular transversal chamado Projeto de Vida, integrando a matriz curricular dos cursos de graduações e programas de pós-graduações. O objetivo desse componente curricular é auxiliar os acadêmicos e pós-graduandos na elaboração do projeto de vida pessoal, ampliando a assertividade na tomada das decisões, dando mais sentido ao propósito de vida pessoal. Com metas e objetivos a serem alcançados ao longo da vida, contemplando as diferentes áreas da vida: profissional, financeira, saúde integral, autoconhecimento e voluntariado. E através da sistematização de um projeto, os acadêmicos e pós-graduandos se orientam nas condutas e na direção da vida, contribuindo para a melhoria pessoal e da humanidade.

O estímulo à reflexão e o uso da criticidade propostos no componente curricular apóiam-se em uma abordagem incentivadora à utilização de ferramentas que o próprio acadêmico ou pós-graduando possui e se tornam palpáveis a partir da auto-pesquisa e aprofundamento do autoconhecimento. Dessa forma, os acadêmicos e pós-graduandos poderão ampliar suas investigações considerando a influência das diversas áreas da vida em suas escolhas, seja no contexto da própria intimidade, nas relações familiares e amizades, até às questões relacionadas à carreira profissional, finanças e empreendedorismo, cooperativismo e sustentabilidade. Projetos como esse mostram que a Instituição de Ensino Superior pode auxiliar no desenvolvimento integral dos acadêmicos e pós-graduandos, não só em transformá-los em excelentes profissionais, mas também transformá-los em seres humanos mais seguros e preparados para aproveitarem as oportunidades e enfrentarem desafios.

Ao falarmos de excelência de ensino, surge um questionamento: Como saber se a Instituição de Ensino Superior atingiu essa excelência? A pergunta acima traz uma resposta bem simples: Se a Instituição de Ensino Superior acha que a atingiu, infelizmente ainda não chegou ao patamar de oferecê-la, justamente porque não existe perfeição nesse quesito, ser melhor é um processo contínuo e inacabado. Exige que todos os colaboradores do processo de ensino e de aprendizagem deem o exemplo, o melhor de si e se livrem do senso comum sobre o processo de ensino e de aprendizagem.

Logo, propomos novos questionamentos: como atingir a excelência de ensino? O caminho é difícil – e sem fim? Bons colaboradores, coordenadores acadêmicos, professores universitários são aqueles que encantam os acadêmicos e pós-graduandos? Evidente que apenas as respostas desses questionamentos não adiantam muito se todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem não tiverem caráter, competências e habilidades. No caso dos professores universitários, podemos acrescentar além dos requisitos acima, uma boa didática, metodologia, conhecimento e uso das novas tecnologias. Assim, não se pode imaginar um docente responsável e comprometido com a tarefa de ensinar, considerando que o educar um dia foi tarefa da família e que não se preocupe com as questões sociais mais amplas que envolvem e condicionam o seu próprio trabalho, assim como o de seu alunado. No entanto, como afirma Gadotti (1983), “[...] o profissional do ensino não é um técnico, um especialista, é antes de mais nada um profissional humano, do social, do político.

A prática profissional é o que, segundo Cunha (1992), “[...] define como a possibilidade de relacionar o componente curricular e matéria de ensino com a vida prática. Ajuda ainda a dar exemplos e favorece a maior instrumentalização do acadêmico e pós-graduando para trabalhar a realidade”. Se o professor pretende tornar efetiva a sua atuação profissional enquanto docente, não há como ignorar o fato de que o centro de toda e qualquer ação didático-pedagógica está sempre no acadêmico ou pós-graduando e, mais precisamente, na aprendizagem que esses venham a realizar. Além do mais, para que esse aprendizado possa ocorrer, de preferência, com o auxílio do professor e não apesar dele! A professora Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos (2000), também deixa uma contribuição “o número de definições que buscam conceituar o que seja a aprendizagem é imenso.” Todas elas, no entanto, chamam a atenção para o fato de que se trata de um processo interno a cada indivíduo, fruto do pensamento reflexivo e baseado em experiências anteriores, vividas e retidas pelo próprio indivíduo. Ressaltemos, entretanto, a pertinente ressalva feita por Cunha (1992) de que “[...] aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente, frente aos dados culturais da sociedade, e sim estar ativamente envolvido na interpretação e produção destes dados”.

Oportuno aqui retomarmos os princípios da aprendizagem listados por Abreu e Mazetto (1987) e que reúnem os pontos mais frequentemente citados por diversos autores ao trabalharem a questão:

1. Toda a aprendizagem, para que realmente aconteça, precisa ser significativa para o acadêmico ou pós-graduando, isto é, precisa envolvê-lo como pessoa, como um todo (ideias, sentimentos, cultura, sociedade) [...];
2. Toda aprendizagem é pessoal. Lembremo-nos de que a aprendizagem envolve mudança de comportamento ou de situação do acadêmico ou pós-graduando, e isto só acontece na pessoa de deles por eles [...];
3. Toda aprendizagem precisa visar objetivos realísticos. Isto é, que possam de fato ser significativos para aqueles graduandos ou pós-graduandos e que possam concretamente ser atingidos nas circunstâncias em que o curso de graduação ou programa de pós-graduação é ministrado;
4. Toda aprendizagem precisa ser acompanhada de feedback imediato [...] A aprendizagem se faz num processo contínuo e o feedback é elemento integrante desse processo, pois deverá fornecer ao aluno e ao professor dados para corrigir e reiniciar a aprendizagem[...];
5. Toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento interpessoal entre os elementos que participam do processo, ou seja, graduando, pós-graduando, professor, colegas de turma [...], funcionários de apoio e administrativos etc.

Em resumo, dever-se-ia ter num só professor universitário três capacidades igualmente desenvolvidas: a do bom transmissor de informações e conhecimentos, aquele que sabe ensinar; a do bom crítico das relações socioculturais da sociedade que o cerca e do momento histórico no qual vive; e a do bom pesquisador, capaz de, através de estudos sistemáticos e de investigações empíricas produzir o novo e induzir o acadêmico ou pós-graduando a também criar, independente do componente curricular ora ministrado.

Acontece que muitos professores universitários passam o tempo todo se perguntando como evitar erros. Ora, não se devem evitar erros, e sim estimulá-los. (falar do erro). A Instituição de Ensino Superior não é um espaço reservado para apenas acertos, e sim, erros, tentativas, buscas, hipóteses, quem sabe, vamos tentar, pesquisas etc. O espaço universitário deve ser um campo fértil para o estímulo de perguntas, e não simplesmente, se oferecer respostas. Não existem respostas quando não houve interesse ou não se fez perguntas. Pensamos que este será uns dos grandes aprendizados de todos nós professores universitários.

Quais os aspectos devem ser priorizados para uma Instituição de Ensino Superior ser excelente ou atingir a excelência de serviços educacionais prestados? A excelência aplica-se a 100% dos colaboradores da Instituição, tanto ao porteiro e ao atendimento pela secretaria, quanto ao diretor acadêmico, coordenador acadêmico e professor universitário. Vale também para todos os demais colaboradores, independente de faixa etária, formação, mesmo para os em início de carreira e não contou com uma boa formação. Mas há uma pré-condição: o caráter e o comportamento e postura dos líderes são essenciais. É impossível esperar que a excelência de ensino vá acontecer sem que todos vivam para buscá-la. Isso vale para qualquer tamanho de Instituição de Ensino Superior que se proponha oferecer seus serviços educacionais.

Como é possível perceber que a Instituição de Ensino Superior chegou lá? Se ela considera que já atingiu a excelência de ensino, então não a atingiu. Vale lembrar, os ensinamentos do filósofo Sócrates: "Eu sei que nada sei". Trata-se de um alvo em constante movimento. A excelência não pode ser alcançada porque é uma atitude que todos – principalmente a Instituição de Ensino Superior – devem levar para o trabalho a cada dia. Vale lembrar que a excelência de ensino não é apenas um objetivo, é o que todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem deverão fazer constantemente.

Há parâmetros que servem de referência. Citamos alguns exemplos que podem servir de exemplos: 1. Verificar se os números de matrículas estão em constante crescimento, por exemplo; 2. Mas os critérios variam para cada IES, cada uma sabe ou deve elaborar os seus. 3. A métrica não é tão simples. A maneira como o Mantenedor desenvolve sua gestão, os Coordenadores Acadêmicos desempenham suas funções e orientações, os professores universitários ministram suas aulas, o atendimento ao acadêmico e pós-graduando em todos os Departamentos da Instituição de Ensino Superior, começando na Biblioteca e terminando na Secretaria Acadêmica são tão relevantes quanto o resultado do ENADE – Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante, ingressante e egresso.

O Jornal "Folha de São Paulo" criou o RUF – Ranking Universitário Folha. Muito interessante para se refletir sobre as bases que sustentam esse ranking: Inserção do egresso no mercado de trabalho; pesquisa; internacionalização da IES; Inovação; ensino e pesquisa. Aproveitamos para lembrar, que por ocasião do ENADE – Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante, não é o momento para mutirão e escolarização dos acadêmicos para acertos na prova e questionário sócio-econômico do acadêmico. O questionário sócio-acadêmico que o INEP – Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais - Anísio Teixeira, determina que os acadêmicos ingressantes e egressos, obrigatoriamente, respondam esse questionário, aliás, ao nosso entendimento, deveria ser um questionário digno de 'pegadinhas' para avaliar a IES.

Vamos exemplificar alguns desses questionamentos para um melhor entendimento e compreensão: 1. Durante o Curso de graduação fez estágio; 2. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica aos estudos, excetuando as horas de aula?; 3. As condições gerais das instalações físicas de salas de aula, bibliotecas e ambientes de trabalho para o funcionamento do curso são adequadas?; 4. As salas de aula são adequadas à quantidade de estudantes?; 5. Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes?; 6. Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o seu desempenho acadêmico; 7. Como a sua instituição viabiliza o acesso dos estudantes de graduação à Internet para atender às necessidades do curso?; 8. Como você caracteriza o uso de recursos audiovisuais e tecnológicos do seu curso?; 9. Com que frequência você normalmente utiliza a biblioteca de sua instituição?; 10. Dentre as vezes em que precisou utilizar o acervo da biblioteca, você conseguiu?; 11. Como você avalia o acervo da biblioteca, quanto à atualização, em face das necessidades curriculares do seu curso?; 12. Como você avalia o acervo de periódicos científicos / acadêmicos disponíveis na biblioteca quanto à atualização?; 13. O horário de funcionamento da biblioteca atende às suas necessidades?; 14. Os planos de ensino apresentados pelos professores contêm os seguintes aspectos: objetivos, metodologias de ensino e critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina?; 15. Os conteúdos trabalhados pelos professores são coerentes com os que foram apresentados nos planos de ensino?; 16. Os professores solicitam em suas disciplinas a realização de atividades de pesquisa?; 17. Os professores indicam como material de estudo a utilização de periódicos especializados (artigos científicos)?; 18. Os professores indicam a utilização em suas disciplinas de materiais elaborados por eles?; 19. As disciplinas do curso exigem domínio de língua estrangeira?; 20. Os professores indicam como material de estudo a utilização de livros-texto e/ou manuais?; 21. Os professores têm disponibilidade para atendimento fora do período de aula?; 22. Os professores demonstram domínio do conteúdo das disciplinas?; 23. O curso contextualiza o conhecimento da área (teorias, procedimentos, técnicas, instrumentos, etc.) com os temas gerais e situações do cotidiano da realidade brasileira?; 24. Como você avalia o currículo do seu curso em relação à integração entre os conteúdos das diferentes disciplinas?; 25. Seu curso oferece atividades complementares?; 26. Você participou de programas de iniciação científica? Como foi a contribuição para a sua formação?; 27. Você participou de programas de monitoria? Como foi a contribuição para a sua formação?; 28. Você participou de programas de extensão? Como foi a contribuição para a sua formação?; 29. Seu curso apoia financeiramente a participação dos estudantes em eventos (congressos, encontros, seminários, visitas técnicas etc.)?; 30. Como você avalia o nível de exigência do curso?; 31. Você considera que seu curso contribui para a aquisição de cultura geral?; 32. Você considera que seu curso contribui para a preparação para o exercício profissional? Ora, sem sombra de dúvida, esses exemplos de questionamentos, normalmente cobrados por ocasião do ENADE - Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante, ao nosso entendimento, objetivam sim respostas dos acadêmicos, mas a sua maioria diz respeito a IES e são partes integrantes do IGC/CPC o que colabora para comprometer a qualidade de ensino.

Considerando que as Instituições de Ensino Superior sabem desses quesitos, acima enumerados, a questão que propomos aqui é por que não contemplam plenamente todos esses quesitos? Caso, fossem contemplados, certamente, ela estaria próxima da Excelência de Ensino, mas é comum, infelizmente, muitas, pensarem nesses quesitos apenas por ocasião do ENADE – Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante. Ora, se tem total conhecimento desses quesitos, deveria criar a cultura de torná-los realidade no processo de ensino e de aprendizagem independente se terá algum curso oferecido que passará pela avaliação ou não.

Ainda persiste no Ensino Superior, maus Gestores Acadêmicos, Mantenedores, Reitores, Diretores Acadêmicos, Coordenadores Acadêmicos, Professores Universitários, Secretários Acadêmicos e outros tipos de colaboradores e o que é pior, não viveremos para ver o fim deles. Agora, não resta dúvida que a Instituição de Ensino Superior precisa fazer o possível para que seus colaboradores não se tornem maus colaboradores e se livrar deles quando vê evidência de mau comportamento.

Para se incentivar a inovação e a excelência de ensino em uma equipe de colaboradores se faz necessário fornecer a todos o máximo de treinamento possível, e garantir assim que tenham as ferramentas para fazer um bom trabalho educacional. Mas isso não basta. A Instituição de Ensino Superior que através de sua missão é que dará o direcionamento. A Missão Institucional precisa explicitar que espera o melhor das pessoas. É como ocorre na Educação Básica. Quando um diretor consegue melhorar a turma inteira, não é porque os alunos acordaram diferentes um dia. É porque ele deixa claro o que é aceitável ou não, é o que é interessante, cobra isso sistematicamente.

“Professores universitários motivados, trabalho dobrado”, já dizia o velho ditado. Os sistemas de bônus funcionam para motivar, por exemplo. Os bônus são uma boa forma de reconhecimento, mas não se dá um bônus por caráter. Muitas vezes, no Ensino Superior, se dá prêmios, em parte, decorrente de uma boa atitude, de assiduidade e outros méritos, mas não de um bom caráter. Interessante seria que se contratassem colaboradores de caráter e se



despedissem os que não os têm. Além disso, todos os colaboradores precisam se comportar bem sempre. Os colaboradores não podem estar em um dia ruim, principalmente nos dias ruins.

O Mantenedor deveria andar pelo Campus e fazer o celebre questionamento aos seus colaboradores e principalmente para os acadêmicos e pós-graduandos: “o que você acha”, “o que está faltando”, “o que podemos melhorar”. Além de uma nobre atitude, atitude de respeito, isso nos lembra o Comandante Amaro Rolim que ficava à porta do avião desejando: “seja bem-vindo e faça uma boa viagem”. Quando se pede a opinião, esse interesse demonstra que o colaborador é uma pessoa certa, no lugar certo, escolhida entre os melhores para fazer parte da equipe. Um colaborador, independente se tem 18 anos, tem algo a dizer e precisa ser ouvido, já que é parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem. É preciso ter diferentes pontos de vista. Colaboradores que têm e colaboradores que não têm curso superior, por exemplo. Evidente que depois de perguntar a opinião de todos, deve ser o mantenedor que vai dar a palavra final.

Muitas vezes, existe uma excessiva preocupação que a equipe de colaboradores não chega a um denominador comum. A questão é: “Mas por que chegar a denominador comum se for para alcançar a resposta errada?” Vale lembrar que o processo de ensino e de aprendizagem não é um processo com início, meio e fim, tudo certinho, tudo arrumado. A vida é bagunçada. A excelência não é disciplinada. É trabalhar muito e dar suporte para colaboradores e acadêmicos e pós-graduandos. Vale incentivar que todos os colaboradores procurem sempre inovar. Isso pode fazer com que tentem e façam muitas coisas bobas ou que façam sempre a coisa errada porque receberam ordem para assim procederem. Interessante também observar que inovar não significa gastar milhares de reais e sim ter as informações necessárias para que se tomem as atitudes corretas, nos momentos certos. Em muitas Instituições de Ensino Superior essas informações já estão com os próprios colaboradores, mas por falta de autonomia, ou nem sempre são consultados. Essas informações se perdem levando a IES buscar orientação externa e consultores fora do seu quadro de colaboradores, sem desmerecer os serviços prestados pelas consultorias, mas elas não vivenciam o cotidiano acadêmico da Instituição, muitas vezes, aplicam-se teorias não compatíveis com a clientela e mercado de trabalho. O fator central para a inovação é a curiosidade e ela é parte do incentivo a pesquisa e essas pesquisas devem ser elaboradas pelos colaboradores do quadro funcional. Nenhuma sugestão, inovação ou proposta serão boas o suficiente se ignora o trabalho da equipe de colaboradores que já se dedicam à Instituição.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduações, legislações pertinentes, Constituição Federal e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, todas, sem exceção orientam para a excelência de ensino, e essa tão sonhada excelência de ensino somente ocorrerá durante o processo de ensino e de aprendizagem. O professor universitário está em Sala de Aula, recebe pronto, apostilas, exames padronizadas que foram feitos pela corporação, e na prática, ao invés do professor universitário desenvolver um papel intelectual, criador, inovador, empreendedor, criar um clima de solidariedade ele tem que ser muito mais um aplicador das cartilhas, um entregador de conhecimento, e isso obviamente esvazia o papel do professor universitário que tem consequências diretas com o processo de formação e excelência de ensino.

Finalizando, vivemos uma época em que é imprescindível para uma Instituição de Ensino Superior conhecer onde está, aonde quer chegar, quando e como chegar lá. Relevante que tenha claro, em todos os escalões da instituição, a visão de futuro, compartilhada por todas as áreas da organização, revelando suas metas e propósitos, como uma bússola orientadora para seu bom desempenho no correr do tempo. “Quem não sabe para onde vai, não chega a lugar algum”, disse o Chapeleiro para Alice, em ‘Alice do País das Maravilhas’. Novos tempos, pois os desafios do futuro estão à nossa frente, onde o celebre cuspe, quadro-negro e giz não mais existirão, onde as quatro paredes da sala de aula estão destruídas e a relação entre professor/acadêmico/pós-graduando não se fará mais apenas de forma presencial. O mundo global chegou com todos os seus fatores, positivos e adversos, e o conhecimento deve estar sendo construído em todos os lugares e não mais só na Instituição de Ensino Superior. Aprender-se-á também com todas as mídias. A Instituição de Ensino Superior voltada para a excelência de ensino e qualidade dos serviços educacionais prestados deverá exercitar-se na busca do novo, da reflexão crítica, através do processo de ensino e de aprendizagem e da investigação científica em todas as áreas do conhecimento, buscando não apenas incorporar-se ao sistema produtivo, como também recriá-lo e questioná-lo sem perder o foco do egresso e sua atuação respectiva no mercado profissional.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Célia Teixeira Azevedo & MASETTO, Marcos Tarciso. O professor universitário em aula. São Paulo: MG Editores Associados, 1987;
- ALBUQUERQUE, Luiz Felipe. Em entrevista exclusiva, o novo reitor da UFRJ, Roberto Leher, aponta os impactos da lógica mercantilizada sobre a educação brasileira e aponta que como grupos financeiros tentam dominar a educação

- pública. São Paulo: Jornal "O Brasil de Fato", 2015; Fonte: <http://www.mst.org.br/2015/07/01/grandes-grupos-economicos-estao-ditando-a-formacao-de-criancas-e-jovens-brasileiros.html>; Acesso em 07 de julho de 2015;
- ALVES, Rubem. *Tempus Fugit*. São Paulo: Paulus, 1990;
- ALMEIDA, Manuela. As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: reflexões a partir de um processo de pesquisa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 44, 1995;
- BERNARDO, Sidney. *Noções básicas preliminares ao estudo de antropologia*. Santos-SP: Edição do Autor, 2014;
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília-DF: 1988;
- BRASIL. Presidência da República.
- BRASIL. Presidência da República. Secretária de Assuntos Estratégicos. *PÁTRIA EDUCADORA: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. Brasília, DF: 2015;
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES. *ENADE*. Brasília, DF: 2015;
- CARROL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Título original em inglês: *Alice is Wonderland* (1866). Tradução da edição de 1999 da Nord-Süd Verlag, Zurique. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007;
- CUNHA, Maria Isabel da. *O bom professor e sua prática*. Campinas (SP): Papyrus, 1992;
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992;
- IWAKURA, Mariana. Entrevista de Tom Peters exclusiva a Pequenas Empresas % Grandes Negócios, por ocasião do Fórum HSM de Estratégia, ocorrido em São Paulo. São Paulo: Editora Globo S/A, *Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, número 260, edição de setembro 2010.
- JOSSO, Marie Christine. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 25, no 2, jul/dez, 1999;
- LELLIS, Isabel. Profissão docente: uma rede de história. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, no 17, maio/jun/jul/ago, 2001;
- MEIHY, J. C. S. B. e Fabíola Holanda. *História Oral – Como Fazer – Como Pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007;
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002;
- MEIHY, J. C. S. B. Definindo História Oral e Memória. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 52-60, 1994;
- NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias de suas vidas. In: NÓVOA, a. (org.) *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992;
- VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho. *A formação do professor do ensino superior*. Revisão Janet Yunes Elias. 2ª ed. atualizada. São Paulo: Pioneira, 2000.